



O desenvolvimento sustentável e a cidadania global: o papel das bibliotecas para o alcance dos objetivos e metas da agenda 2030 da ONU

Sustainable development and global citizenship: the role of libraries with children and young people in reaching the UN 2030 Agenda

Juliana Marques Ramos 

Mestranda em Gestão de Unidades de Informação
Universidade do Estado de Santa Catarina, Brasil
juliana.ramos@edu.udesc.br

Elisa Cristina Delfini Correa 

Doutora em Sociologia Política
Universidade do Estado de Santa Catarina, Brasil
elisa.correa@edu.udesc.br

Igor Soares Amorim 

Doutor em Ciência da Informação
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil
amorim.igors@gmail.com

Resumo

Discute a importância da participação das bibliotecas para o alcance dos objetivos e metas da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas em bibliotecas. Apresenta uma revisão de literatura sobre a temática a fim de oferecer um referencial teórico capaz de dar suporte às pesquisas e às ações voltadas a essa área ainda pouco explorada no Brasil, estimulando atividades que contribuam para o alcance da Agenda 2030 e incentivem a prática da cidadania global em bibliotecas. Discute a noção de cidadania global e desenvolvimento sustentável em bibliotecas, apresenta a Agenda 2030 e o apoio que esta recebeu da Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias e da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas de Informação e Instituições para que bibliotecas contribuam para o alcance dos seus objetivos.

Palavras-chave: biblioteca; desenvolvimento sustentável; Agenda 2030 da ONU; cidadania global.

Abstract

It discusses the importance of the participation of libraries to achieve the objectives and goals of the UN Agenda 2030 in libraries. It presents a literature review on the subject in order to offer a theoretical reference capable of supporting research and actions aimed at this area still little explored in Brazil, stimulating activities that contribute to the achievement of Agenda 2030 and encourage the practice of global citizenship in libraries. It discusses the notion of global citizenship and sustainable development in libraries, presents the Agenda 2030 and the support it received from International Federation of Library Associations and Institutions and Brazilian Federation of Associations of Librarians, Information Scientists and Institutions for libraries to contribute to the achievement of their objectives.

Keywords: library; sustainable development; UN Agenda 2030; global citizenship.



doi: [10.28998/cirev.2022v10g](https://doi.org/10.28998/cirev.2022v10g)

Este artigo está licenciado sob uma [Licença Creative Commons 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

Submetido em: 02/04/2023

Aceito em: 07/08/2023

Publicado em: 07/08/2023

1 INTRODUÇÃO

O trabalho realizado em bibliotecas costuma carregar consigo importantes responsabilidades: proporcionar o contato dos interagentes¹ com fontes de informações confiáveis, contidas em diferentes mídias (livros, revistas, CDs, DVDs, mapas, entre outros); dar apoio à realização de pesquisas; oferecer capacitações para a utilização de ferramentas informacionais para o bem da sociedade e o bem do próprio interagente, entre tantas outras.

Dessa forma, as experiências que estimulem a aprendizagem e o senso crítico dos interagentes na biblioteca podem refletir positivamente na sociedade no futuro, com vistas em melhorias do atual contexto social, ambiental e econômico.

No Brasil, as estatísticas deste contexto podem assustar, uma vez que a taxa de pobreza tem crescido nos últimos anos: de 2016 para 2017 o percentual de pobreza aumentou de 25,7% para 26,5%, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018a). Hoje o país tem cerca de 54,8 milhões de pessoas em situação de pobreza. No que diz respeito à educação, os dados são igualmente graves: cerca de 31,5% dos jovens entre 15 e 17 anos desistem de fazer o ensino médio. (IBGE, 2018b).

Preocupados com essas e outras questões relacionadas ao desenvolvimento e à qualidade de vida em todo o mundo, líderes de diferentes países criaram um plano de ação com objetivos para o desenvolvimento sustentável do planeta para serem alcançados até o ano de 2030: a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU).

Fundada em 24 de outubro de 1945, logo após a Segunda Guerra Mundial, a ONU foi criada para trabalhar pela paz e pelo desenvolvimento mundial. A ONU possui hoje 193 países-membros e é composta por seis órgãos: a Assembleia Geral, o Conselho de Segurança, o Conselho Econômico e Social, o Conselho de Tutela, a Corte Internacional de Justiça e o Secretariado.

Sob a coordenação da ONU, a Agenda 2030 constitui-se de objetivos para a melhora de questões ambientais, sociais e econômicas a nível mundial. Ela foi baseada nos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio estabelecidos no ano 2000, que visavam ser alcançados até 2015. As iniciativas colocadas em prática após o estabelecimento dos objetivos trouxeram resultados positivos, mas nem todos foram alcançados. Assim, uma nova proposta foi discutida e lançada em setembro de 2015, durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável: a Agenda 2030, com 17 objetivos para o desenvolvimento sustentável do planeta, cujas metas contemplam questões relacionadas à educação, ao meio ambiente, à saúde e à segurança, entre outros.

No Brasil, a ONU tem representação fixa desde 1947 e funciona por meio de agências especializadas, fundos e programas. As agências buscam soluções para superar os desafios e as dificuldades presentes na criação e na implementação de um compromisso comum em favor do desenvolvimento humano equitativo. Elas desenvolvem projetos junto ao governo, à iniciativa privada, a instituições de ensino, a Organizações Não Governamentais (ONGs) e à sociedade civil. A maioria dos organismos da ONU no Brasil tem sede em Brasília.

Uma das instituições que mostrou apoio à Agenda 2030 foi a Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA), instituição que representa os interesses de bibliotecas, serviços de informação e seus interagentes ao redor do mundo. A IFLA publicou o documento “Las bibliotecas pueden promover la implementación de la Agenda 2030

¹ Termo sugerido por Corrêa (2014) em substituição à palavra ‘usuário’ para referir-se às pessoas que frequentam bibliotecas

de la ONU”², que descreve como as bibliotecas podem ajudar na implementação de cada um dos objetivos da Agenda.

A Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas de Informação e Instituições (FEBAB) também demonstrou seu apoio à Agenda e, em 2016, traduziu o documento para o idioma português³, estimulando as bibliotecas brasileiras para que desenvolvessem ações concatenadas aos objetivos da Agenda 2030 em seus projetos.

No mesmo ano do lançamento da Agenda, uma das agências da ONU, a Organização das Nações Unidas para a Ciência, Educação e Cultura (UNESCO), lançou a publicação intitulada “Educação para a cidadania global: preparando alunos para os desafios do século XXI”⁴. Este documento apresenta aspectos básicos, debates e maneiras de colocar essa forma de educação em prática.

A educação para cidadania global relaciona-se com os objetivos da Agenda 2030, pois aborda a cidadania de modo a ultrapassar barreiras entre culturas, etnias e religiões, entre outras. Ambos os documentos visam formar cidadãos que desenvolvam tanto habilidades cognitivas, para pensar de forma crítica e criativa, quanto habilidades socioemocionais e comportamentais. Além disso, estimulam ações colaborativas e responsáveis pelo bem coletivo, buscando encontrar soluções para desafios globais, tendo a compreensão de que estes desafios afetam também a realidade local.

Considerando a importância das bibliotecas para o acesso à informação e à educação, há de se pensar que estas possam servir como colaboradoras da educação para a cidadania global, trabalhando, por exemplo, com boas práticas que visem ao alcance de objetivos globais para a melhora da vida em sociedade.

O objetivo deste artigo é apresentar uma revisão sobre a temática a fim de oferecer um referencial teórico capaz de dar suporte à pesquisa e às ações voltadas a essa área ainda pouco explorada no Brasil, estimulando atividades que contribuam para o alcance da Agenda 2030 e incentivem a prática da cidadania global em bibliotecas.

Os temas aqui apresentados permitem discutir o papel de bibliotecários e a participação das bibliotecas para a educação e a cidadania global, bem como questões pertinentes à cidadania e ao desenvolvimento sustentável. Apresenta a Agenda 2030 e o apoio da IFLA e da FEBAB para a mesma, além de refletir sobre a importância da relação biblioteca/comunidade, o ponto de partida para compreender as contribuições que este espaço pode proporcionar aos seus interagentes.

Além desta introdução, o artigo se encontra estruturado em seis seções, em que são apresentados a importância de se conhecer a comunidade que utiliza a biblioteca, já que esta existe para atender às necessidades informacionais de sua comunidade, a noção de cidadania global, conceitos importantes sobre desenvolvimento sustentável e a Agenda 2030 da ONU e seus objetivos, e o apoio da IFLA e da FEBAB em relação ao trabalho das bibliotecas, para que estas contribuam para o alcance dos objetivos da Agenda. Por fim, as considerações finais, em que ratifica que a necessidade de as bibliotecas somarem esforços em torno da educação para a cidadania global.

² Documento disponível em: <https://www.ifla.org/wp-content/uploads/2019/05/assets/hq/topics/libraries-development/documents/sdgs-insert-es.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2023.

³ Documentos disponível em: <https://www.ifla.org/wp-content/uploads/2019/05/assets/hq/topics/libraries-development/documents/sdgs-insert-pt.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2023.

⁴ Documento disponível em: http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/FIELD/Brasilia/pdf/brz_ed_global_citizenchip_brochure_pt_2015.pdf. Acesso em: 05 ago. 2023.

2 COMUNIDADE E BIBLIOTECA

Uma biblioteca não tem função sem a sua comunidade, pois esse grupo de pessoas é o que movimenta a biblioteca e utiliza seus serviços e produtos. Segundo Stumpf (1988, p. 18), “comunidades são agrupamentos de pessoas que vivem numa área delimitada, tendo em comum aspectos geográficos, econômicos e/ou culturais que lhes conferem certa uniformidade no estilo de vida.” Sendo assim, pessoas de uma mesma comunidade possuem algumas características semelhantes. Figueiredo (1994) aponta alguns indicadores-chave para caracterizar comunidades: idade, nível educacional, renda, ocupação e fontes geradoras de emprego, informação étnica ou racial, previsão de mobilidade da população, tipo de área geográfica, restrições do meio ambiente e aplicação de marketing.

Oberg (2018, p. 714) retoma o pensamento sociológico clássico e afirma que “a comunidade seria o lugar do afeto, das relações primárias, da tradição, da partilha de interesse e de território comum.” Para Duckworth *et al.* (1991), uma comunidade diz respeito à busca pela resolução de problemas visando ao bem comum. Em se tratando de uma instituição de ensino, por exemplo, o bem comum seria o aprendizado e a formação dos estudantes, bem como os objetivos específicos da instituição à qual a comunidade pertence.

É indispensável que as bibliotecas conheçam as comunidades às quais pertencem. Uma forma de fazer isso é realizando um estudo de comunidade que, segundo Figueiredo (1994, p. 65), “é uma investigação de primeira mão, uma análise e coordenação dos aspectos econômicos, sociais e de outros aspectos inter-relacionados de um grupo selecionado.” É preciso ter ciência das características e dos objetivos das pessoas que utilizam os serviços e os produtos da biblioteca, para que estes estejam de acordo com as necessidades e as aspirações da comunidade.

Lankes (2016) aponta que o trabalho realizado em bibliotecas não deve estar centrado no acervo e na infraestrutura, mas, sim, no conhecimento e na comunidade. Além disso, defende que a sobrevivência da biblioteca depende de como ela satisfaz as necessidades da comunidade. E, para satisfazê-la, é preciso conhecê-la. Lankes (2016) enfatiza, ainda, a forte relação existente entre a comunidade e a biblioteca:

A comunidade é parte integral do que a biblioteca faz, e os bibliotecários são membros de pleno direito da comunidade. Bibliotecários fazem seu trabalho não porque são servidores ou porque precisam criar um produto para ser consumido pela comunidade, mas essencialmente pelo fato de tornar a comunidade melhor. Os membros da comunidade não apoiam a biblioteca porque são clientes satisfeitos, mas porque a biblioteca é parte integrante daquilo que são. [...] Bibliotecas devem ser do povo, não para o povo. [...] Se o bibliotecário fizer um bom trabalho, sua comunidade irá melhorar, e uma comunidade melhor torna a situação do bibliotecário melhor. É um círculo vicioso. (Lankes, 2016, p. 64).

Assim, a biblioteca torna-se importante para a comunidade ao torná-la melhor, seja satisfazendo as suas necessidades, auxiliando na resolução de seus problemas ou inspirando para a conquista de seus objetivos.

Conhecer as características do público de uma biblioteca pode ajudar a gestão da mesma a compreender quem faz parte de sua comunidade e quem ainda não faz. Assim como seus serviços e produtos, a estrutura da biblioteca precisa estar adequada à realidade e às particularidades da comunidade a que pertence, caso contrário, não fará sentido para a mesma.

3 A IMPORTÂNCIA DAS BIBLIOTECAS PARA A CIDADANIA GLOBAL

O papel das bibliotecas na vida de seus interagentes pode ser transformador. Estas funcionam como pontes para o acesso a informações confiáveis que podem estar contidas em mídias variadas. Os bibliotecários que atuam nesses espaços precisam estar capacitados a utilizar estes materiais da melhor maneira para auxiliar o público a utilizá-los também.

As práticas bibliotecárias podem desempenhar a tarefa da formação da cidadania, visando que seus interagentes se tornem sujeitos atuantes local e globalmente. Nesse sentido, cabe às bibliotecas colaborar com a reflexão e com o desenvolvimento da cidadania global, haja vista que os problemas e as demandas que serão enfrentados por essas pessoas em um futuro próximo serão também globais.

Segundo Lankes (2016, p. 58), “a missão de uma biblioteca é melhorar uma sociedade facilitando a criação de conhecimento em uma comunidade.” Assim, é preciso que se encontre nas bibliotecas auxílio para bem utilizar as informações que têm em mãos, tendo sempre em vista o bem da sociedade e da comunidade. É por meio das informações que os interagentes poderão criar conhecimento, seja realizando pesquisas ou participando de atividades oferecidas pelas bibliotecas.

A biblioteca tem esse grande desafio apontado por Lankes (2016), de “melhorar a sociedade”, atuando com a informação nas comunidades. Uma maneira de promover melhorias na sociedade é enfrentar seus problemas e desafios. Um dos maiores problemas que temos hoje é provocado pela forma predatória com o que nos relacionamos com nosso planeta e uns com os outros na sociedade. Mesmo com o desenvolvimento tecnológico, a fome avança no mundo (Organização das Nações Unidas, 2020), um terço da população mundial não tem acesso à água em casa e 60% não tem um saneamento seguro (Organização das Nações Unidas, 2017), cresce a desigualdade entre ricos e pobres (Hessel, 2020) e a biodiversidade é paulatinamente destruída. (Corrêa, 2010).

São diversos os problemas que a sociedade enfrenta derivados da forma como organizamos os sistemas de produção e de consumo. Nesse sentido, de fato as bibliotecas podem cooperar para a superação desses problemas. Para tanto, é preciso ter ciência de que na base dessa situação existe a necessidade da conscientização de todos sobre a situação em que se encontra o planeta, para que ocorra ações de mudanças. As bibliotecas existem em função de suas comunidades, e é por meio dessas que seus profissionais podem agir no mundo. Por isso, cabe às bibliotecas desenvolverem ações atentas a essas demandas necessárias para a construção de um mundo igualitário e sustentável. Contudo, não basta um enfoque local, é preciso ser capaz de responder globalmente aos problemas apontados. Por isso a relevância das bibliotecas atuarem de acordo com diretrizes internacionais, como é proposto pela IFLA, em acordo com as diretrizes da Agenda de 2030 formulada pela ONU. Nesse sentido, é necessário pensar a cidadania como horizonte das ações de informação.

Normalmente associado à vida em sociedade, igualdade e direitos, o conceito de cidadania vem sofrendo mudanças ao longo do tempo. Na antiguidade, a cidadania estava relacionada à participação política e à naturalidade ou ao pertencimento a uma nação. Porém, nem todos podiam participar da vida pública, pois a voz dos mais enriquecidos e poderosos tinha mais valor do que a da plebe, que não tinham direito algum. (Rezende Filho; Câmara Neto, 2001).

Com o passar do tempo, o conceito de cidadania passou a abranger aspectos além da política: no período do Iluminismo, no século XVIII, tempo em que houve revoluções artísti-

cas, sociais, políticas e científicas, aumentando-se ainda mais a busca pelo conhecimento, o conceito de cidadania passou a se relacionar aos conceitos de igualdade e de liberdade.

Durante os séculos XIX e XX, diversas foram as lutas sociais ocorridas ao redor do mundo que deixaram um legado de responsabilidade pelo caráter reivindicatório da cidadania. (Rezende Filho; Câmara Neto, 2001).

Marshall (1967) trouxe as bases para o conceito clássico de cidadania, que envolve um conjunto formal de direitos civis, políticos e sociais. (Morigi; Vanz; Galdino, 2002).

Após as guerras mundiais, o conceito de cidadania mudou um pouco de plano, como explicam Rezende Filho e Câmara Neto (2001, p. 4):

Mas foi apenas com as guerras mundiais e com o temor à extrema violência dos conflitos e de seus subprodutos, como foram os regimes totalitários, que a sociedade civil e os órgãos internacionais, como a ONU, entenderam ser os direitos humanos uma questão de primeira ordem para o tema da cidadania contemporânea.

Assim, a cidadania passou a ser relacionada com direitos humanos universais. Segundo Vieira (2001), a cidadania agora não se resume a um conjunto formal de direitos, como defendia Marshall (1967), pois passou a abarcar vários aspectos da vida em sociedade, como questões de etnia, exclusão social e ecologia.

Na atualidade, temos variados conceitos que surgiram após essa relação da cidadania com direitos humanos universais, como o de Carvalho (1995) citado por Cepik (2000), que afirma que a cidadania é calcada na sensação de pertença a uma comunidade e do compartilhamento de valores, histórias e experiências comuns. Tal concepção está em acordo com a relatada por Vieira (2001), que entende a cidadania como pertença de indivíduos à um Estado-nação, com algum grau de igualdade e com direitos e obrigações.

Após anos de lutas e buscas por um conceito e pela prática da cidadania, Rezende Filho e Câmara Neto (2001, p. 5) ressaltam um aspecto muito importante: “a cidadania de fato só pode se constituir por meio de acirrada luta cotidiana por direitos e pela garantia daquelas que já existem.” Assim, a cidadania se constrói dia após dia.

Nos últimos anos, um conceito ainda mais abrangente surgiu: a cidadania global. Essa forma de cidadania ultrapassa as barreiras de nacionalidade, pois se trata de um pertencimento que vai além do Estado-nação, partindo para uma noção de que todos são cidadãos do planeta e, por isso, além de zelar por seus próprios direitos individuais, a sociedade deve ter a consciência de que tudo o que acontece na sua nação tem um impacto global, sendo necessários então o respeito e a busca pelo bem coletivo.

Segundo Morigi, Vanz e Galdino (2002, p. 139), no conceito de cidadania global “os direitos civis, políticos e sociais restritos aos territórios do Estado-nação se ampliam e, nesse novo cenário, passam a valer os direitos em sua forma ampliada como a Declaração Universal dos Direitos Humanos.”

Em 2015, a Unesco lançou a publicação intitulada “Educação para a cidadania global: preparando alunos para os desafios do século XXI.” Neste documento, a instituição conceitua a cidadania global da seguinte maneira:

Um sentimento de pertencer a uma comunidade mais ampla e à humanidade comum, bem como de promover um “olhar global”, que vincula o local ao global e o nacional ao internacional. Também é um modo de entender, agir e se relacionar com os outros e com o meio ambiente no espaço e no tempo, com base em valores universais, por meio do respeito à diversidade e ao pluralismo. Nesse contexto, a

vida de cada indivíduo tem implicações em decisões cotidianas que conectam o global com o local, e vice-versa. (Unesco, 2015, p. 14).

Na educação para a cidadania global, os estudantes são estimulados a reconhecerem em si essa cidadania, sentindo-se parte de um grande grupo que luta pelo bem coletivo. Habilidades cognitivas, socioemocionais e comportamentais são trabalhadas, para resolverem não apenas questões técnicas, mas também aquelas que exigem habilidades sociais e emocionais.

Mais do que transferir conhecimento, a educação tem o papel de estimular o pensamento crítico, a atitude questionadora, a curiosidade e a aprendizagem autônoma. Segundo Freire (1996, p. 110), a educação tem a vocação de “endereçar-se até sonhos, ideais, utopias e objetivos.”

Quando relacionado à cidadania, “o ensino deve favorecer uma aprendizagem que contribua para o enraizamento de cada sujeito em sua história e sua cultura, demonstrando que elas (história e cultura) possuem vínculos com a história da humanidade e do próprio mundo.” (Morigi; Vanz; Galdino, 2002, p. 140).

A educação para a cidadania global visa à formação de cidadãos conscientes e ativos na sociedade. Cidadãos com conhecimento sobre questões globais que busquem soluções para as mesmas. Cidadãos que coloquem em prática valores universais como justiça, respeito e igualdade. Cidadãos que percebam que existem realidades diferentes das suas e que por elas devem ter respeito e empatia. (Unesco, 2015).

Podendo ser oferecida de diversas maneiras e locais, formal ou não-formalmente, dentro ou fora de um currículo estabelecido, a educação para a cidadania global tem implicado em debates sobre a sua prática. A forma mais comum da inclusão dessa no aprendizado tem sido como parte em disciplinas já existentes, como educação cívica e estudos sociais. Também é colocada em prática em atividades que envolvem esportes, artes e experiências com a comunidade.

As bibliotecas podem contribuir com a educação para a cidadania global participando destas práticas já existentes, seja por meio do apoio aos professores e aos estudantes nas suas atividades, oferecendo suportes informacionais que se adequem às atividades, cedendo seu espaço, entre outros. Mas além disso, as bibliotecas podem criar seus próprios projetos que estimulem as habilidades cognitivas, socioemocionais e comportamentais, seja por meio de exposições, palestras, oficinas, e outras atividades de ação cultural, que envolvam também a comunidade e os trabalhos coletivos em busca do bem comum.

As bibliotecas precisam estar atualizadas e buscar adequar seus produtos e serviços aos novos modelos de educação que surgem com novas contribuições, de forma a promover a cidadania global e o desenvolvimento sustentável, tema recorrente nas últimas décadas.

4 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Criada pela ONU na década de 1980, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento definiu pela primeira vez o termo “desenvolvimento sustentável” em 1987, no relatório intitulado “Nosso futuro comum”: “o desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades.” (Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1991, p. 46). Esse documento, também reconhecido como Relatório *Brundtland*, foi resultado do processo preparatório para a Conferência das Nações Unidas sobre

o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Eco-92), e apresentava uma lista de ações e de metas a serem realizadas a níveis nacionais e internacionais.

Nesse relatório, é apresentada a ideia de que o alcance do desenvolvimento sustentável deve suceder o suprimento das necessidades básicas do ser humano, como comida, água e moradia. Só então deve-se dar a oportunidade para a concretização de aspirações em relação a qualidade de vida ideal. (Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1991, p. 47). O relatório apresenta também medidas para se alcançar o desenvolvimento sustentável, considerando que as necessidades humanas devem ser atendidas sem esgotar os recursos do meio ambiente. A definição de desenvolvimento sustentável tem importante contributo em reconhecer que os recursos são finitos e que, portanto, os padrões e as formas de viver devem atender às necessidades de todos os seres humanos, mas sem comprometer o meio ambiente.

Seiffert (2011, p. 24) apresenta a seguinte definição de desenvolvimento sustentável:

Um projeto social e político destinado a erradicar a pobreza, elevar a qualidade de vida e satisfazer às necessidades básicas da humanidade que oferece os princípios e as orientações para o desenvolvimento harmônico da sociedade, considerando a apropriação e a transformação sustentável dos recursos ambientais.

O desenvolvimento sustentável seria um equilíbrio entre as dimensões social, econômica e ambiental. Sachs (1993, apud Seiffert, 2011) acrescenta ainda duas dimensões a esse tríptico: a dimensão cultural, que envolve o respeito a todas as culturas e o trabalho de conscientização ambiental por meio da educação, e a dimensão geográfica, que tem como foco a configuração rural-urbana equilibrada.

É importante lembrar que o desenvolvimento sustentável depende da implementação de políticas públicas que visem a uma adequação coerente entre a gestão dos recursos naturais e ao suprimento de necessidades básicas e à qualidade de vida, como ressaltam Silva e Souza-Lima (2010, p. 5): “Exige-se um planejamento estratégico de ações públicas que envolva o desenvolvimento sustentável em sentido amplo, que atenda às demandas sociais da população, inclusive a dos excluídos, e melhore as condições de vida.”

A noção de desenvolvimento sustentável coloca-se como fundamental aos agentes públicos e privados, pois sua incorporação às políticas e às ações das instituições condicionará o futuro do meio ambiente e da sociedade.

Um marco importante da busca pelo desenvolvimento sustentável a nível global foi a realização da Eco-92 (ou Rio-92), que aconteceu na cidade do Rio de Janeiro, com a presença de 175 chefes de governo, que

se reuniram para definir medidas para enfrentar os problemas crescentes da emissão de gases causadores do efeito estufa. Movimentos sociais, sociedade civil e iniciativa privada também compareceram em peso, todos com o objetivo de propor um novo modelo de desenvolvimento econômico que se alinhasse à proteção da biodiversidade e ao uso sustentável dos recursos naturais. (Barreto, 2009).

Nesta conferência, alguns documentos importantes para o avanço da noção e da implementação de práticas que visassem ao desenvolvimento sustentável foram validados, sendo o principal deles a Agenda 21, um plano de ação estratégico que tinha como foco “as mudanças necessárias aos padrões de consumo, a proteção dos recursos naturais e o desenvolvimento de tecnologias capazes de reforçar a gestão ambiental dos países.” (Barreto, 2009).

Embora com resultados promissores, passados cerca de trinta anos, grande parte dos objetivos visando o desenvolvimento sustentável ainda não foram atingidos. Sob esse cenário, a ONU propôs a Agenda 2030, apresentada a seguir, para que as organizações tenham uma direção e se engajem na mudança da lógica de produção e consumo.

5 A AGENDA 2030

No ano 2000, líderes representantes dos países membros da ONU reuniram-se e estabeleceram os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM), estes focados no desenvolvimento mundial a nível ambiental, econômico e social, cujos objetivos eram:

- 1) Acabar com a fome e a miséria;
- 2) Oferecer educação básica de qualidade para todos;
- 3) Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres;
- 4) Reduzir a mortalidade infantil;
- 5) Melhorar a saúde das gestantes;
- 6) Combater a Aids, a malária e outras doenças;
- 7) Garantir qualidade de vida e respeito ao meio ambiente;
- 8) Estabelecer parcerias para o desenvolvimento.

Durante os quinze anos após o estabelecimento dos objetivos, progressos significativos foram feitos. Segundo a ONU (2016?), a pobreza vem diminuindo no mundo todo, o número de crianças frequentando a escola primária aumentou e as mortes infantis caíram drasticamente. Além disso, aumentou-se significativamente o acesso à água potável e as metas de investimento para combater a malária, a AIDS e a tuberculose salvaram milhões de pessoas.

As medidas tomadas a partir do estabelecimento de objetivos provocaram um avanço real no desenvolvimento do planeta, trazendo mudanças para as pessoas, porém, os objetivos não foram alcançados por completo. Um exemplo é a situação da América Latina e do Caribe, que, conforme uma análise da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL),

Os países da região conseguiram avanços importantes na redução da pobreza extrema, fome e mortalidade infantil, incorporação das crianças à educação e acesso à água potável, mas devem fazer maiores esforços na redução da mortalidade materna e das emissões de gases do efeito estufa, entre outras áreas. (CEPAL, 2015).

Por isso, tomando os ODM como ponto de partida, foi proposto um novo documento, com caráter mais interdisciplinar, participativo e universal: a Agenda 2030, com 17 objetivos para o desenvolvimento sustentável, subdivididos em 169 metas.

A Agenda 2030 foi discutida na Assembleia Geral da ONU, onde os países-membros e a sociedade civil negociaram suas contribuições, e lançada em setembro de 2015 durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável. A Agenda constitui-se dos seguintes objetivos:

- 1) Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares;
- 2) Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável;

- 3) Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades;
- 4) Assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos;
- 5) Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas;
- 6) Assegurar a disponibilidade e a gestão sustentável da água e do saneamento para todos;
- 7) Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos;
- 8) Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos;
- 9) Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação;
- 10) Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles;
- 11) Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis;
- 12) Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis;
- 13) Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos;
- 14) Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável;
- 15) Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade;
- 16) Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis;
- 17) Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Apresentada a Agenda, percebe-se a importância dos seus objetivos, que contemplam questões sociais, ambientais e econômicas essenciais ao desenvolvimento sustentável e à qualidade de vida. As 169 metas contidas nos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável especificam os objetivos, trazendo base e integridade a estes. É importante ressaltar também que o alcance de uma meta pode impactar positivamente em outras metas, trazendo benefícios que se conectam e fortalecem entre si.

No documento “As bibliotecas podem promover a implementação da Agenda 2030 da ONU”, de autoria da IFLA e traduzido pela FEBAB em 2016, é apresentada a ideia de que as bibliotecas podem apoiar os ODS mediante a provisão de diferentes serviços, entre eles: o acesso a informações, tecnologias e pesquisas; um espaço agradável, seguro, com eletricidade e Internet; capacitações (por exemplo, para elaboração de currículos, contribuindo para a diminuição do desemprego); programas e serviços de conscientização; inclusão e intercâmbio cultural; documentação e conservação do patrimônio cultural para as futuras gerações; acesso difundido para informações necessárias para orientar os tomadores de decisão; e registros históricos sobre questões ambientais, entre outras.

Por promoverem um espaço de aprendizado e incentivo à leitura, as bibliotecas contribuem principalmente com o objetivo número 4, que trata da Educação de Qualidade.

Segundo Silva, Assis e Gomes (2016, p. 6) “a biblioteca é um espaço indispensável para o processo de alfabetização, uma vez que ela favorece condições de aprendizado e contato com diversas tipologias e gêneros textuais.” Esse papel da biblioteca vem de encontro com a meta de número 4.6: “Até 2030, garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres, estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática.”

A Agenda 2030 da ONU contempla também a noção de cidadania global, apresentando a educação como fator promotor, caracterizada pela meta 4.7:

Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, **cidadania global** e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável. (ONU, [2016?], grifo nosso).

Salles *et al.* (2018, p. 4), reforça a ideia de que os planos de ação da ONU, como a Agenda 2030, seguem em conformidade com os objetivos da Educação para a Cidadania Global:

Podemos dizer que a Educação para a Cidadania Global é o ponto de encontro destas diversas questões tratadas pela ONU nas últimas décadas. Do movimento dos direitos humanos à cultura de paz, da sustentabilidade à cidadania global. Esta integração, ganha força nos documentos, nos conceitos, e porque não dizer, no contexto de diversidade e multiculturalismo de nosso tempo [...]. Assim a ONU e a UNESCO declaram, em seus documentos recentes, não apenas intenções de boa vontade, mas ações apoiadas em trabalhos consistentes pelo mundo.

Os objetivos e as metas da Agenda 2030 visam indicar caminhos possíveis a serem trilhados pelos governos dos países membros das ONU a fim de encontrar soluções para problemas que afetam o mundo de maneira global. E as bibliotecas contribuem ao seguir esses caminhos, junto à sua comunidade. Essa percepção tem sido confirmada por diferentes formas de apoio que grandes instituições bibliotecárias têm oferecido à Agenda.

6 AS BIBLIOTECAS AGINDO PARA UM MUNDO MELHOR: O APOIO DA IFLA E DA FEBAB

Weber (2011, p. 493) aponta para a relação entre o desenvolvimento sustentável e as bibliotecas: “Ao pensarmos a biblioteca como é um organismo vivo, dinâmico e crescente, é possível pensá-la como alicerçada nas diretrizes que norteiam a sustentabilidade.”

No início do século, a IFLA criou a “Declaração sobre Bibliotecas e Desenvolvimento Sustentável”, como resultado da reunião realizada em Glasgow, em 2002. Nesse documento, é declarado que “todos os seres humanos têm direito fundamental a um ambiente adequado à sua saúde e bem-estar”, é reconhecida a importância do “compromisso com o desenvolvimento sustentável” de modo a não comprometer as capacidades futuras do meio ambiente, e que “os serviços de bibliotecas e informações promovem o desenvolvimento sustentável, garantindo a liberdade de acesso à informação.” (IFLA, 2002, tradução nossa).

Nesse documento, é ratificado o dever das bibliotecas em promover a cidadania, a equidade social, a democracia, a liberdade e o desenvolvimento sustentável. Encerra-se com um pedido para que os serviços de biblioteca e informações defendam e promovam os princípios do desenvolvimento sustentável.

A IFLA liderou um movimento para que questões informacionais e culturais fossem consideradas na Agenda 2030 quando esta ainda se encontrava em elaboração. Em 2014, propôs a “Declaração de Lyon sobre o Acesso à Informação e Desenvolvimento”, na qual afirma que “o aumento do acesso à informação e conhecimento em toda a sociedade, auxiliado pela disponibilidade de tecnologias da informação e comunicação (TICs), apoia o desenvolvimento sustentável e melhora a vida das pessoas.” (IFLA, 2014, tradução nossa). Nessa declaração, assinada por diversas entidades de todo mundo, dentre elas as brasileiras, o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), a FEBAB e a Biblioteca Nacional do Brasil, crê-se que o direito à informação é transformador, capacitando as pessoas, sobretudo, marginalizadas a:

- Exercer seus direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais.
- Seja economicamente ativo, produtivo e inovador.
- Aprenda e aplique novas habilidades.
- Enriquecer a identidade e expressão cultural.
- Participe da tomada de decisões e participe de uma sociedade civil ativa e engajada.
- Crie soluções baseadas na comunidade para desafios de desenvolvimento.
- Garantir responsabilidade, transparência, boa governança, participação e empoderamento.
- Medir o progresso dos compromissos públicos e privados no desenvolvimento sustentável. (IFLA, 2014, tradução nossa).

Para a IFLA, “as bibliotecas são instituições-chave para alcançar os objetivos presentes na Agenda 2030”, por isso a instituição colaborou com a construção do documento da ONU, “defendendo a inclusão do acesso à informação, salvaguarda do patrimônio cultural, alfabetização universal e acesso às tecnologias da informação e comunicação (TIC) em sua estrutura.” (IFLA, 2020, tradução nossa).

A agenda 2030 da ONU reconheceu a relevância do acesso à informação na meta 16.10, quando afirma a necessidade de “Garantir o acesso do público às informações e proteger as liberdades fundamentais, de acordo com a legislação nacional e os acordos internacionais”, assim como a questão da cultura e das tecnologias de informação e comunicação, quando afirma que metade da população mundial não tem acesso à informação *on-line*, e que as bibliotecas são espaços de acesso democrático. Ainda, a agenda preza pela alfabetização universal. (IFLA, 2020, tradução nossa).

Nesse cenário, a IFLA lançou o Programa Internacional de Promoção e Defesa da Profissão – Advocacia (IAP) em 2016, cuja finalidade é apoiar por dois anos as bibliotecas no planejamento e na implementação da Agenda da ONU 2030. De modo geral, os objetivos do programa são aumentar a conscientização sobre os objetivos da Agenda dos bibliotecários e ampliar a participação de associações e representantes de bibliotecas no trabalho pela Agenda. (IFLA, 2020).

Ainda, visando incentivar a participação das bibliotecas na busca por um mundo sustentável, a IFLA mantém em seu *site* exemplo de ações que as bibliotecas podem adotar a fim de alcançar os objetivos da Agenda da ONU. Outro recurso no *site* da IFLA é o convite a ação, onde disponibiliza um kit de ferramentas, um livreto e uma apostila. O primeiro item serve de material de apoio aos bibliotecários para compreenderem a Agenda 2030 e os outros dois itens são documentos que auxiliam a comunicação dos bibliotecários com os tomadores de decisões locais, que devem ser convidados a formularem políticas considerando as bibliotecas como espaços relevantes na busca pelos objetivos da Agenda. (IFLA, 2020).

Recentemente, foi lançada uma declaração de compromisso, na qual as bibliotecas da América Latina e do Caribe podem tornar-se signatárias para atuar na implementação da Agenda. A Declaração de Santiago ainda está aberta a adesões (até o momento de escrita deste artigo), e nela é encontrado direcionamento às ações, que vão da dimensão política às tarefas rotineiras.

No Brasil, a FEBAB tem apoiado as ações da IFLA, com traduções dos materiais e atendendo a demandas específicas. Assim, com o objetivo de estimular ações para o desenvolvimento sustentável, em 2018, a IFLA lançou o documento “Bibliotecas por um mundo melhor: a agenda 2030”, em que lista sob cada um dos objetivos da Agenda ações de bibliotecas brasileiras. Além disso, a Federação traduziu o texto *Access and Opportunity for All: How Libraries contribute to the United Nations 2030 Agenda*, publicado pela IFLA, e promoveu em 2017 a 27ª. Edição do Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (CBBDD), cujo tema central foi sobre os “Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas: como as bibliotecas podem contribuir com a implementação da Agenda 2030”, e que trouxe palestras e mesas redondas para tratar da Agenda 2030 em relação às bibliotecas.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise aqui realizada aponta que é não apenas possível, mas também necessário que as bibliotecas somem esforços à educação para a cidadania global, partindo da premissa de que estas podem ajudar a desenvolver uma noção de pertencimento a uma comunidade muito mais ampla, que vai além das fronteiras dos países, baseando-se em valores universais, como respeito e justiça.

As bibliotecas podem trabalhar com vista a serem espaços inclusivos, que atendam a diferentes públicos, independentemente de gênero, cor, raça, religião ou nacionalidade. Um espaço seguro para incluir minorias e grupos marginalizados, acolhendo toda forma de diversidade e multiculturalismo. Ressalta-se igualmente a importância dessas bibliotecas em investir na educação para a cidadania global a fim de possibilitar que seu público tenha uma oportunidade de se tornar parte de um grupo de cidadãos conscientes de seu papel para a preservação da vida e para o futuro sustentável do planeta, cidadãos que respeitem diferentes culturas e busquem soluções para problemas locais, nacionais e globais.

Para que isso seja possível, bibliotecas podem oferecer serviços e produtos que visem à conscientização da importância da Agenda 2030 e do desenvolvimento sustentável, tendo como base a educação para a cidadania global, a fim de oportunizar à sua comunidade o desenvolvimento do pensamento crítico e atuem pelo bem da sociedade e do meio ambiente, possuindo uma perspectiva global sobre essas questões.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Pedro. Rio-92: mundo desperta para o meio ambiente. **Desafios do desenvolvimento**, a. 7, ed. 56, 10 dez. 2009. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2303:catid=28&Itemid=23. Acesso em: 15 jul. 2021.

CEPIK, Marco. Direito à informação: situação legal e desafios. **Revista de Informática Pública**, [s. l.], v. 2, n. 2, p. 43-56, 2000. Disponível em:

<https://professor.ufrgs.br/marcocepik/files/cepik - 2000 - direito informacao - ip.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2023.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). **A região cumpriu várias metas importantes dos ODM, ponto de partida para abordar a agenda 2030**. 2015 Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/comunicados/cepal-la-region-cumplio-varias-metas-clave-de-los-odm-punto-de-partida-para-abordar-la>. Acesso em: 14 jul. 2021.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

CORRÊA, Carine. Relatório da ONU indica perda da biodiversidade em todo o mundo. **Ministério do Meio ambiente**. 2010. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br>. Acesso em: 4 mar. 2020.

CORRÊA, Elisa C. D. Usuário, não! Interagente. Proposta de um novo termo para um novo tempo. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, [S. l.], v. 19, n. 41, p. 23-40, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2014v19n41p23>. Acesso em: 2 abr. 2023.

DUCKWORTH, Ana Maria *et al.* Biblioteca pública e comunidades: prestação de serviço de utilidade pública. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 16., 1991, Salvador. **Anais [...]** Salvador: APBEB, 1991.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS (FEBAB). **Bibliotecas por um mundo melhor**: a agenda 2030. São Paulo: Febab, 2018.

FIGUEIREDO, Nice Menezes de. **Estudos de uso e usuários da informação**. Brasília: IBICT, 1994.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HESSEL, Rosana. Oxfam faz alerta sobre aumento da desigualdade global. **Correio Braziliense**. 2020. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2020/01/19/internas_economia,821763/oxfam-faz-alerta-sobre-aumento-da-desigualdade-global.shtml. Acesso em: 4 mar. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese de Indicadores Sociais**: indicadores apontam aumento da pobreza entre 2016 e 2017. 2018a. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-denoticias/releases/23298-sintese-de-indicadores-sociais-indicadores-apontamaumento-da-pobreza-entre-2016-e-2017>. Acesso em: 20 mar. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese de Indicadores Sociais**. 2018b. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?=&t=resultados>. Acesso em: 20 mar. 2019.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS (IFLA). **Declaración acerca de las Bibliotecas y el Desarrollo Sostenible**. 2002. Disponível em: <https://www.ifla.org/ES/publications/declaraci-n-acerca-de-las-bibliotecas-y-el-desarrollo-sostenible>. Acesso em: 5 mar. 2020.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS (IFLA). **Libraries, Development and the United Nations 2030 Agenda**. 2020. Disponível em: <https://www.ifla.org/units/sustainable-development/>. Acesso 30 mar. de 2020.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS (IFLA). **Lyon Declaration on Access to Information and Development**. 2014. Disponível em: <https://www.lyondeclaration.org/>. Acesso em: 28 mar. 2020.

LANKES, David. **Expect more: melhores bibliotecas para um mundo complexo**. São Paulo: FEBAB, 2016.

MARSHALL, Thomas Humphrey. **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MORIGI, Valdir José; VANZ, Samile Andréa de Souza; GALDINO, Karina. O bibliotecário e suas práticas na construção da cidadania. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, [s.l.], v. 7, n. 2, p. 135–147, 2002. Disponível em: <https://www.revista.acbsc.org.br/racb/article/view/390>. Acesso em: 18 jun. 2019.

OBBERG, Lurdes Perez. O conceito de comunidade: problematizações a partir da psicologia comunitária. **Estud. pesqui. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, p. 709-728, ago. 2018. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812018000200018&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 11 jul. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Fome aumenta no mundo e atinge 820 milhões de pessoas, diz relatório da ONU**. 2020. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/fome-aumenta-no-mundo-e-atinge-820-milhoes-de-pessoas-diz-relatorio-da-onu/>. Acesso em: 4 mar. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Momento de ação global para as pessoas e o planeta**. [2016?]. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/>. Acesso em: 20 abr. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **ONU: 4,5 bilhões de pessoas não dispõem de saneamento seguro no mundo**. 2017. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/onu-45-bilhoes-de-pessoas-nao-dispoem-de-saneamento-seguro-no-mundo/>. Acesso em: 4 mar. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Educação para a cidadania global**: preparando alunos para o desafio do século XXI. Brasília: UNESCO, 2015. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000234311>. Acesso em: 20 nov. 2019.

REZENDE FILHO, Cyro de Barros; CÂMARA NETO, Isnard De Albuquerque. A evolução do conceito de cidadania. **Revista de Ciências Humanas (Taubaté)**, São Paulo, p. 1-6, 2001. Disponível em: <https://silo.tips/download/a-evoluao-do-conceito-de-cidadania>. Acesso em: 3 jun. 2019.

SALLES, Virgínia Ostroski; FRASSON, Antonio Carlos; SALLES FILHO, Nei Alberto; HAUSER, Marcus Willian. Educação para a Paz e desenvolvimento sustentável: caminhos para cidadania global. In: CONGRESO INTERNACIONAL DE FORMACIÓN DE PROFESORES DE CIENCIAS PARA LA CONSTRUCCIÓN DE SOCIEDADES SUSTENTABLES, 8., 2018, Bogotá. **Anais [...]**. Bogotá: Revista Tecné, Episteme y Didaxis, 2018. p. 1-7. Disponível em: <https://revistas.pedagogica.edu.co/index.php/TED/article/view/9260/6955>. Acesso em: 22 jul. 2021.

SEIFFERT, Mari Elizabete Bernardini. **Gestão ambiental**: instrumentos, esferas de ação e educação ambiental. São Paulo: Atlas, 2011.

SILVA, Christian Luiz da; SOUZA-LIMA, José Edmilson de. **Políticas públicas e indicadores para o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Saraiva, 2010.

SILVA, Kelly Paula Ferraz da; ASSIS, Adryanne Maria Rodrigues Barreto de; GOMES, Tâmara Marques da Silva. O papel da biblioteca escolar no ciclo de alfabetização: uma análise a partir do olhar de professoras do ensino fundamental. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 3., 2016, Natal. **Anais [...]**. Natal: Realize, 2016. p. 1-12. Disponível em: http://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2016/TRABALHO_EV056_MD1_SA5_ID9199_10082016151039.pdf. Acesso em: 18 jul. 2021.

STUMPF, Ida Regina Chitto. Estudo de comunidades visando à criação de bibliotecas. **Revista Biblioteconomia & Comunicação**, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 17-24, jan./dez. 1988. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/99581>. Acesso em: 05 ago. 2023.

VIEIRA, Liszt. **Os argonautas da cidadania**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

WEBER, C. **As bibliotecas e o aporte para o desenvolvimento sustentável**. Atos do Congresso Responsabilidade e Reciprocidade. Fundação Antônio Meneghetti & Faculdade Antônio Meneghetti - Recanto Maestro, 2011. Disponível em: www.reciprocidade.org.br. Acesso em: 30 mar. 2020.